

POLÍTICA

Lei deve proibir reprodução de animais domésticos

AL

CATARINA MESQUITA
CATARINAMESQUITA.PONTOFINAL@GMAIL.COM

A 1ª comissão permanente da Assembleia Legislativa reuniu-se durante a tarde de ontem para discutir a proposta de lei de protecção dos animais.

Com a entrada em vigor da lei todos os cidadãos que possuam animais domésticos são obrigados a registar os mesmos, num prazo de seis meses, junto do IACM, que irá avaliar se os animais poderão ser mantidos. O mesmo artigo afirma que a reprodução dos animais só poderá ser feita mediante a autorização do IACM. No entanto, a comissão defende que a reprodução deva ser totalmente proibida.

Kwan Tsui Hang, presidente do grupo de trabalhos, referiu que é necessária também a emissão por parte do Governo de um despacho que proíba, especificamente, a posse de animais selvagens que possam pôr em causa a saúde e segurança pública.

Segundo a representante da comissão, “o Governo está neste momento a criar uma lista dos animais selvagens baseada em listagens já existentes em regiões vizinhas mas o despacho deve ser publicado com a maior brevidade possível.”

As obrigações do dono contempladas na lei da protecção dos animais podem, na opinião da comissão, “causar alguns problemas uma vez que os donos não sabem como respeitá-las.” De modo a melhorar o artigo apontado pela comissão, o Governo diz que irão ser criadas instruções e critérios que devem ser seguidos pelos proprietários dos animais. Neste momento, a proposta de lei não prevê uma distinção clara entre os proprietários de animais domésticos e os animais que são comercializados para consumo.

Gestoras de condomínios querem assembleias de moradores a funcionar

Apenas um quarto dos edifícios com mais de sete pisos de Macau terá organizações de condóminos, estima o Instituto da Habitação.

PATRÍCIA SILVA ALVES
PATRICIAALVES.PONTOFINAL@GMAIL.COM

A Associação de Profissionais do Sector da Administração de Propriedades de Macau pediu ontem ao Governo que acelere a aprovação das propostas de legislação para regular o funcionamento das associações de moradores e de administrações de condomínios para que já estejam em vigor quando o salário mínimo for implementado.

“Quando o salário mínimo for aprovado haverá um impacto nas taxas de administração dos condomínios e por isso tem de haver um mecanismo para que elas possam ser facilmente ajustadas de modo a reflectir o aumento dos custos operacionais (...) [e também] que as taxas de condomínio possam ser recolhidas [juntos dos moradores]”, explicou ontem Paul Tse, membro da associação, à saída da reunião com os deputados da 3ª comissão

permanente da Assembleia Legislativa (AL), que analisam a proposta de criação de salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e segurança dos edifícios. Na prática, como resumiu Cheang Chi Keong, presidente da comissão, a associação quer que haja mais assembleias de moradores constituídas.

“Se estes regimes jurídicos não forem aprovados vão causar problemas pois muitos edifícios não têm a administração constituída, o

que criará dificuldades na cobrança das despesas de condomínio”, disse o deputado.

Entre os 888 edifícios com mais de sete andares em Macau, apenas 224 terão uma assembleia de moradores constituída neste momento – um quarto do total, avançaram ontem os técnicos do Instituto da Habitação que se reuniram com os deputados.

“São cerca de 600 edifícios que não têm assembleia constituída e é um problema que devemos ponderar”, assinalou Cheang Chi Keong.

Segundo a Associação de Profissionais do Sector da Administração de Propriedades de Macau, com a entrada em vigor do salário mínimo (ainda não agendado) as taxas de condomínio podem subir entre 20 e 150 por cento.

“Nos prédios maiores pensamos que o aumento das taxas possa rondar os 20 e os 50 por cento, mas nos mais pequenos o aumento pode muito facilmente ser entre os 50 e os 80 por cento. Aliás, para outros prédios ainda mais pequenos poderá haver aumentos entre 100 a 150 por cento”, afirmou Paul



“TENHO O ESPÍRITO DE MISSÃO CUMPRIDA”

Florinda Chan diz sair com a sensação de missão cumprida mas garante que há muito trabalho pela frente.

A secretária Florinda Chan admitiu deixar a pasta da Administração e Justiça, no final deste ano, com a sensação de missão cumprida. “Há sempre lugares para melhorias mas, revendo estes últimos 15 anos [de trabalho], é um grande orgulho ter sido a primeira secretária da RAEM. Tenho o espírito de missão cumprida.”

Satisfeita com as opções do Chefe do Executivo para

os titulares dos principais cargos, Florinda Chan acredita que Sónia Chan terá grandes desafios pela frente, nomeadamente nas reformas administrativa e jurídica, mas está confiante de que “o trabalho irá correr bem”. Após 15 anos de trabalho no Executivo da RAEM, Florinda Chan diz ter “feito o que havia para fazer” e que agora terá muito tempo para decidir qual será o seu próximo passo durante a aposentação. **C.M.**



HAVERÁ UM IMPACTO NAS TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS E POR ISSO TEM DE HAVER UM MECANISMO PARA QUE ELAS POSSAM SER FACILMENTE AJUSTADAS DE MODO A REFLECTIR O AUMENTO DOS CUSTOS OPERACIONAIS”, DEFENDEU PAUL TSE.

Tse aos jornalistas. E esclareceu porquê.

“Neste momento há pessoal [nos prédios mais pequenos] que recebe remunerações muito baixas e com a introdução do salário mínimo vão ter um aumento significativo dos seus salários. O resultado disso é que fará aumentar a taxa de condomínio”.

Cheang Chi Keong assinalou ainda que os projectos dos regimes jurídicos da Administração das Partes Comuns do Condomínio e da Actividade de Administração de Condomínios e da Profissão de Porteiro estão a ser elaborados. Neste momento o Governo “estará a ouvir opiniões”.